



**“Questão Social, Pandemia e Serviço Social:
em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

**“A RELEVÂNCIA DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO: um estudo a partir da atuação do(a) assistente social nas escolas no
município de Limeira-SP”**

**THE RELEVANCE OF SOCIAL SERVICE'S WORK IN EDUCATION POLICY: a
study based on the role of social worker in schools in the city of Limeira-SP”**

FABIANA ALVES COSTA ¹
CLAUDIA OLIVEIRA SANTANNA ²

RESUMO: Este artigo busca trazer elementos para a defesa da atuação do Serviço Social na Política de Educação, tendo em vista suas atribuições e competências. O lócus desta pesquisa se construiu através da bibliografia de diferentes autores e de uma pesquisa em campo no Município de Limeira-SP. Portanto, se contextualiza os reflexos da ausência do Serviço Social no âmbito da educação básica; refletindo quais refrações da questão social permeiam a escola, bem como este profissional pode intervir; além de utilizar dados de municípios que já contam com estes profissionais na rede de ensino.

1 Profissional de Serviço Social. Centro Universitário Nossa Senhora Do Patrocínio

2 Professor com formação em Serviço Social. Centro Universitário Nossa Senhora Do Patrocínio

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Política de Educação. Questão Social.

ABSTRACT: This article seeks to bring elements to defend the work of Social Work in Education Policy, in view of its attributions and competences. The motivation of this research was built through the bibliography of different authors and a research in the city of Limeira-SP. Therefore, the reflexes of the absence of Social Service in the context of basic education are contextualized; reflecting which refractions of the social issue permeate the school, and how this professional can intermediate as well; in addition to using data from cities that already have these professionals in the education system.

KEY-WORDS: Social Service. EducationPolicy. Social Issue.

INTRODUÇÃO

Apesar das reformas democráticas pós-88, as estratégias de ampliação do acesso e permanência à educação ainda não se configuram de forma efetiva. Neste ínterim, percebe-se que o processo de ensino-aprendizagem da classe popular permanece afetada por violações de direitos.

Em Lemes (et al, 2015), compreende-se que toda e qualquer manifestação social exposta no cotidiano escolar precisa ser entendida como parte das refrações da questão social, a fim de não só desconstruir a culpabilização dos indivíduos, mas também levantar propostas eficazes para a igualdade de acesso e de emancipação humana. Ainda, ao promover a forma emancipadora na educação, se instiga um espaço de construção de conhecimento, cidadania e “pode ser vista como um

instrumento de luta pelos direitos do cidadão, contribuindo para a formação de um sujeito crítico e consciente, um ser humano apto ao questionamento e tomada de decisões” (2015, p. 221).

Neste contexto, ao atuar na política de educação, o Serviço Social possui atribuições e competências para articular questões de acesso e permanência, da defesa pela emancipação e da fragilidade de vínculo familiar e comunitário.

A metodologia para a construção deste artigo se constituiu, inicialmente, por uma pesquisa bibliográfica; utilizando-se de autores que analisam e discutem a inserção do Serviço Social na política de educação enquanto espaço sócio-ocupacional e política social, bem como as refrações da questão social permeiam este cenário. Nessa perspectiva, a contribuição de autores como Sarita Amaro, Ney Luiz Teixeira de Almeida, André Michel dos Santos e artigos do Conselho Federal de Serviço Social – CFSS foram fundamentais.

Ainda, a fim de complementar a pesquisa bibliográfica, o artigo também foi construído a partir de estudo qualitativo, tendo em vista pesquisa de campo realizada com assistentes sociais que atuam nas escolas de Limeira – São Paulo. A escolha pelo município de Limeira se deu pelo seu histórico com mais de vinte anos de atuação de assistentes sociais nas escolas. Dessa forma, a experiência da Secretaria de Educação desta municipalidade teve grande importância para cumprir o objetivo de analisar como as refrações da Questão Social interferem na vida escolar de crianças e adolescentes, além de como a articulação do Serviço Social influencia no acesso e permanência. As problemáticas deste artigo foram articuladas em respostas às questões: Quais os motivos que interferem no desenvolvimento e permanência de crianças e adolescentes nas escolas públicas, isto é, quais refrações da questão social estão presentes nas escolas?; Qual o processo de trabalho do(a) Assistente Social no âmbito da educação básica? e Qual a importância do debate multidisciplinar nesta realidade?.

Para responder estas e outras perguntas, o artigo foi estruturado em quatro partes. O primeiro item busca, resumidamente, introduzir o conceito de Questão Social; destacando seu processo histórico e significado para a profissão.

A segunda parte, por sua vez, discorre sobre a Política de Educação no

Brasil, destacando a disputa de projetos hegemônicos, que de um lado defende a educação para o capital e do outro concede um significado de emancipação e cidadania. Neste capítulo, portanto, encontram-se marcos legais da Política de Educação no país, citando importantes legislações, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB); o Plano Nacional de Educação (PNE); a Constituição Federal de 1988 (CF88), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, da mais recente Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

No terceiro item discute-se a relevância do trabalho profissional de assistentes sociais na política de educação, debatendo sobre evasão escolar e, ainda, sobre as dimensões que estão fundamentadas no material do CFESS de 2014 que fala sobre os Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação e também na LDB, e que dizem respeito ao direito de acesso e permanência, à garantia da gestão democrática e da qualidade da educação.

Por fim, a última parte traz, de forma sucinta, a análise de dados obtidos na pesquisa de campo com assistentes sociais de Limeira-SP, trazendo informações sobre o município e fundamentando a necessidade da inserção destes profissionais no corpo multidisciplinar de escolas de ensino básica de outros municípios.

1. GÊNESE E SIGNIFICADO DA “QUESTÃO SOCIAL” PARA O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Para iniciar a discussão proposta acerca da questão social no âmbito da educação, faz-se necessário compreender a categoria “questão social” e sua gênese, o que requer uma leitura do plano histórico, social e econômico do período a ser abordado. Em outras palavras, para estruturar este artigo é preciso, em primeiro lugar, elucidar algumas reflexões sobre o que pode ser compreendido como “questão social” situando-a em um processo histórico.

Para Netto (1992), o fenômeno foi propriamente nomeado a partir de 1830, quando se evidenciou a disputa de classes durante a Revolução Industrial. Entretanto, não é possível datar seu surgimento, visto que sua concepção, na leitura de muitos autores do Serviço Social brasileiro, está diretamente ligada às

contradições do modo de produção capitalista.

A questão social pode ser compreendida como uma categoria analítica que afirma as expressões da desigualdade social, provocadas pelo modo de produção capitalista e da “contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Vale frisar, todavia, que nem sempre a “questão social”³ teve este significado; esta foi por muito tempo tratada de forma repressiva e até mesmo como “caso de polícia”, visto que a violência policial foi, na Primeira República, a principal e mais evidente resposta da classe dominante aos movimentos desencadeados pelos proletariados.

Contudo, Iamamoto (2012, p. 160) destaca que foi a partir desse conjunto de lutas sociais que o domínio privado nas relações entre capital e trabalho foi rompido, o que evidenciou a questão social para a esfera pública. Logo, a medida que os trabalhadores se organizavam para pressionar o Estado, a demanda por um profissional que atuasse diretamente com a população também aumentava. É nesse contexto que se evidencia a implementação do Serviço Social, cuja atuação, para Netto (2012), se configura de forma madura e consolidada, agindo de forma individualista e fragmentada. O Serviço Social surge, pois, como uma prática de serviço aliada à burguesia, desenvolvida e engendrada como uma estratégia de controle social. Assim, é importante frisar que bem como a concepção de “questão social”, o significado da profissão também sofreu alterações quando comparada à sua gênese. Com o movimento de reconceituação⁴ a intervenção profissional ganha novos contornos, efetivando-se “iniciativas coletivas de reflexão de luta em busca de um projeto profissional direcionado aos interesses da classe trabalhadora e à crítica ao conservadorismo e suas implicações na vida social e profissional”(BARROCO; TERRA, 2012), o que hoje chamamos de Projeto Ético Político Profissional. Porém,

3 Santos (2012, p. 17), destaca que devido a origem conservadora do termo, a expressão “questão social” encontra-se entre aspas nas mais diversas obras de Serviço Social no país.

4Em 1979 ocorre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como Congresso da Virada. A principal característica do congresso se dá pela ruptura com o conservadorismo da profissão, passando a defender os interesses da classe trabalhadora. Ou seja, a profissão passava por um período de “reconceituação”, pois buscava um novo conceito/significado para sua atuação.

o que parecia ser uma conquista logo ganha um novo obstáculo. Com o advento do neoliberalismo, em 1990, o Estado reduz sua intervenção, o que dificulta novamente o reconhecimento dos direitos sociais que foram implementados na Constituição Federal de 1988, fruto da luta dos trabalhadores. Nessa circunstância, os direitos instruídos pelas diversas políticas sociais afastam-se cada vez mais da ótica universal, assumindo uma direção seletiva que visa atender somente as camadas mais pobres da sociedade.

A educação, enquanto política impactada pela efetivação do neoliberalismo, também responde às demandas do capital; assumindo “uma perspectiva economicista” (LEMES, et al; 2015, p. 202). Neste sentido, nota-se a queda no investimento da educação pública, afetando sobremaneira os índices de alfabetização, acesso e permanência da classe popular no ensino básico. Dessa forma, evidencia-se a relevância de assistentes sociais na política de educação, visando subsídios e intervenções para enfrentar questões que muitas vezes a escola não sabe como prosseguir e, ainda, como afirma Santos (2012), a inserção desses profissionais na equipe interdisciplinar se mostra como “um adicional importante, podendo contribuir com seus conhecimentos e práticas [...] sobre a realidade das famílias e dos educandos”.

2. OS IMPERATIVOS PARA A DEFESA DA EDUCAÇÃO PERMEADA PELA QUESTÃO SOCIAL

Neste item será discutido sobre a Política de Educação no Brasil, demarcando o processo hegemônico constitutivo de uma educação voltada para o fortalecimento e manutenção do capitalismo. Em seguida, será defendida a concepção da educação básica enquanto processo emancipatório, que requer a construção de estratégias para viabilizar o direito de acesso e permanência, bem como a construção da cidadania e autonomia.

A análise crítica do processo socio-histórico da educação no Brasil nos permite observar seu caráter excludente e elitista desde sua implantação, sendo possível observar, desde então, o contraste do papel da educação de acordo com o indivíduo e/ou grupo a ser atendido, possuindo como finalidade principal a

capacitação para o mundo do trabalho.

Com o processo de redemocratização no país esses impasses indicavam que seriam superados, tendo em vista as diversas conquistas oriundas da Constituição Cidadã, que reconhece a educação como direito social. Contudo, com a conseguinte implantação do estado neoliberal, ocorre um crescimento exponencial das refrações da questão social, o que impacta diretamente na política de educação. Em outras palavras, a ineficiência das políticas públicas atuais faz refletir cenas de injustiça e violências diversas, interferindo diretamente na vivência dos indivíduos inclusos na realidade escolar, reproduzindo panoramas antes já vistos. Destaca-se, desta forma, que a educação formal⁵ tem a importante função de reproduzir influências alienantes que fundamentam não só a desigualdade entre classes, mas também cria suportes para o processo de acumulação do capital. Dessa maneira, ao discutir sobre a *função social* da educação, é preciso ter em vista que ela é “marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação” (CFESS, 2012 p. 16). Em contra-hegemonia ao projeto do capital, e a partir desta dinâmica, é possível traçar propostas para uma educação emancipatória. A luta pela educação como direito social e como prática de emancipação diz respeito à conformidade com o nosso projeto ético-político profissional. Neste ínterim, cabe inferir, novamente, a importância de sujeitos políticos que objetivam não somente uma nova ordem societária, mas que busque também o pleno desenvolvimento da liberdade, da subjetividade e da diversidade humana de forma a qualificar a democracia, ou seja, elementos que requerem interpretação profissional pautadas em um projeto ético-político vinculado à classe trabalhadora e que se respalde em um conjunto de referenciais teóricos que subsidiem sua atuação. Discutir esses subsídios, entretanto, requer a compreensão da relação da educação como dimensão da vida social. Para isso é preciso, em primeiro lugar, situar a política educacional, o que impõe a necessidade de compreender fundamentos referenciados em legislações como a Lei de Diretrizes e

5 Para Gohn (2006, p. 28), a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados.

Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB); o Plano Nacional de Educação (PNE); a Constituição Federal de 1988 (CF88), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, mais recentemente, a Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

2.1 Política de educação: concepção, estrutura e marcos legais

Debater a educação básica como direito social de responsabilidade pública, sob uma ótica emancipadora e que promova a cidadania, propõe a compreensão de seu processo histórico de incidência política. Desta forma, é importante apreender os dispositivos legais que respaldam a política de educação e se debruçar sobre sua concepção.

Em primeiro lugar, é importante destacar a concepção de educação após o movimento de redemocratização, ou seja, a partir da década de 1980. O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como responsabilidade pública, sendo dever do Estado e da família, além de ser promovido e incentivado pela colaboração da sociedade.

Percebe-se, no entanto, que até mesmo com esta ótica universalizante à educação, o país ainda apresentava (e apresenta) elevados níveis de abandono, reprovação e defasagem escolar. Isso ocorre devido a deficiência de políticas públicas. Não basta apenas ofertar o “acesso”, deve-se observar questões de estrutura, oferta de vagas, índices de evasão e outras demandas que não se originam na escola, mas que nela são refletidas - como desemprego, problemas relacionados a saúde, fragilidade de vínculos familiares e comunitários etc.

Além da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) também trouxe avanços significativos para a educação. É possível apontar, por exemplo, que a legislação destaca as responsabilidades de cada ente federativo (União, Estado, Distrito Federal e Municípios). Além disso, a LDB delibera a composição das modalidades de ensino, como por exemplo a educação básica, que inclui educação infantil, ensino fundamental e médio.

A LDB também determinou um novo Plano Nacional de Educação (PNE),

visando criar metas para a educação durante dez anos (de 2014 a 2024). O plano é, portanto, uma forma de planejamento e articulação das ações de todas as esferas do governo em função de objetivos em comum. É preciso destacar, todavia, que embora já tenham se passado 7 anos desde sua implantação, o PNE ainda tem muitas de suas 20 metas a serem cumpridas. A meta número 7, por exemplo, é uma importante meta a ser desenvolvida, visto que diz respeito à qualidade da educação básica, com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Alinhados ao Plano Nacional de Educação temos os Planos Municipais de Educação (PME) de cada município. Neste artigo será discutido a PME de Limeira/SP, município que foi realizada uma pesquisa de campo que será apresentada ao longo desta discussão. O PME/Limeira aponta importantes metas relativas aos da PNE, e ainda traz elementos que defendem a integração de profissionais das áreas de saúde, assistência social e educação, apoiando a atuação intersetorial a ser desenvolvida com os alunos da educação básica. Dado o exposto, pode-se citar também a Lei n.º 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Contudo, percebe-se que mesmo com o prazo disposto de 1 (um) ano a contar da data de sua publicação, muitas instituições ainda não tomaram as devidas providências. Com isso, infere-se a importância de criar diálogos de resistência junto a psicólogos para a conquista do espaço de atuação, já garantindo teoricamente por lei.

3. A RELEVÂNCIA DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Neste item pretende-se discutir sobre o trabalho profissional de assistentes sociais nas escolas de ensino básico. A metodologia utilizada parte de referências bibliográficas de autores que analisam e discutem a inserção do Serviço Social na política de educação enquanto espaço sócio-ocupacional e política social, bem como as refrações da questão social permeiam este cenário.

Ainda, a fim de complementar a análise bibliográfica, o capítulo também apresentará seu caráter qualitativo, tendo em vista a continuação da apresentação da pesquisa em campo com assistentes sociais que atuam nas escolas de

Limeira/SP.

3.1 Serviço Social nas escolas: necessidade e procedência

Conforme discutido no item anterior, apesar das diversas conquistas, a educação se apresenta desde sua gênese um campo repleto de desafios, permeado por lutas constantes.

Dessa maneira, fica exposto o compromisso e o desafio da categoria em dar materialidade às suas competências e atribuições profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais para a concretização de direitos previstos em políticas sociais. Para isso, entretanto, é necessário, em primeiro lugar, identificar as refrações da questão social que permeiam a escola.

Para Amaro (2019, p. 48 a 49), o número expressivo de faltas já pode ser um grande indicador de algo fora do comum na vida daquela criança ou adolescente e de sua família. Portanto, com níveis de baixa frequência escolar o profissional de Serviço Social deve impor mecanismos que investiguem o universo social e familiar do aluno evadido.

A não permanência, ou evasão, possui uma concepção centrada no abandono, que implica, segundo o Houaiss (2001, p. 997), “sair sem intenção de voltar, desleixo, negligência, desistir de, desprezar, menosprezar”. Essa definição concebe a evasão escolar como um processo voluntário. Todavia, ao estudar as relações antagônicas e seus frutos (refrações da questão social), entendemos que a evasão escolar é um processo produzido pela estruturação do sistema escolar capitalista, como expõe Paulo Freire (1991, p. 35):

Em primeiro lugar, eu gostaria de recusar o conceito de evasão. As crianças populares brasileiras não se evadem da escola, não a deixam porque querem. As crianças populares brasileiras são expulsas da escola – não obviamente porque esta ou aquela professora, por uma questão de pura antipatia pessoal, expulsa estes ou aqueles alunos ou os reprove. É a estrutura da sociedade que cria uma série de dificuldades, uns em solidariedade com os outros, de que resultam obstáculos enormes para as crianças populares não só chegarem à escola, mas quando chegam nela ficarem e nela fazerem o percurso a que têm direito.

O debate de Paulo Freire deixa clara a dimensão política da evasão escolar, pois salienta que as crianças e os adolescentes, que tendem a este fenômeno, fazem parte de famílias que compõem o conjunto da classe trabalhadora e que

estão, portanto, expostas ao processo de desigualdade social. Outro valor que deve ser defendido pelo profissional de Serviço Social na política de educação diz respeito à emancipação humana, ou seja, lutar pela formação de um sujeito ciente dos seus direitos e que se vê no processo de socialização, o que também o torna autônomo nas suas decisões/escolhas. Para isso, é preciso trabalhar pela educação de qualidade; o que não significa dizer querer alcançar "eficiência" e "eficácia" na gestão educacional, como integrantes do esforço de consolidação de novos consensos em torno da sociabilidade burguesa [...] trata-se, ao contrário, de afirmar outros significados para a educação" (CFESS, 2012 p. 45).

A atuação profissional do Serviço Social na Política de Educação é direcionada por dimensões estratégicas que estão circunscritas na LDB⁶, que dizem respeito ao direito de acesso e permanência à garantia da gestão democrática e da qualidade da educação. Essas dimensões são justificativas importantes para a defesa da inserção destes profissionais nas escolas.

A garantia da gestão democrática e da qualidade da educação, por exemplo, prescreve outras dimensões que fazem parte da preservação e ampliação da educação básica pública enquanto direito social; o que ressalta seus princípios éticos-políticos em virtude da classe trabalhadora. Essa pode ser considerada a marca principal da defesa de inserção de assistentes sociais na Política de Educação, contudo não deve se restringir a ela, haja vista que as estratégias de acesso e permanência também devem ser discutidas.

Logo, apesar das diversas lutas em relação à educação, ainda é possível observar falta de estratégias e posicionamento frente a garantia de permanência. Garantir essa dimensão (para além da modalidade em que atua diretamente) se constitui como um grande desafio aos profissionais de Serviço Social nas escolas, tendo em vista que as estratégias forjadas para tal manifestam expressões de

⁶Essas dimensões também estão previstas no material produzido pelo CFESS, em 2014, "Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação".

desigualdade.

Em resumo, ao falar sobre proteção de direitos referentes a educação vale destacar que o/a assistente social, junto à escola, deve buscar meios de ampliar também a permanência em diferentes níveis e modalidades de ensino⁷ para então mobilizar esforços na escola e fora dela.

4. O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS: narrativas a partir da experiência do chão das escolas de Limeira-SP

Além da pesquisa bibliográfica até aqui apresentada, a construção desse artigo se deu por uma pesquisa de campo em parceria com a Secretaria de Educação de Limeira, localizada no Estado de São Paulo, que autorizou a participação voluntária de três assistentes sociais que atuam em escolas desta municipalidade.

Segundo estimativa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Limeira-SP atualmente possui cerca de 310.783 de habitantes e uma área territorial de 580,711 km². O município se localiza no interior do estado de São Paulo, em intermédio com Campinas-SP e na mesorregião de Piracicaba-SP⁸.

No âmbito da educação pública, a Rede Municipal de Limeira conta com mais de trinta escolas de educação básica, com média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) superior 6,0 em 2019. O IDEB, criado em 2007, é o principal indicador da qualidade do ensino básico no Brasil. O índice busca, em uma escala de 0 a 10, sintetizar dois conceitos: fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Esta escala é calculada a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

No que tange Serviço Social e Educação, Limeira/SP possui um histórico de mais de vinte anos com assistentes sociais nas escolas públicas; traduzindo-se, segundo Maria Helvira Andrade (coordenadora do setor), “na diminuição da evasão escolar, ampliação de vagas em creche, a participação da família na escola e a garantia dos direitos sociais dos alunos e suas famílias no acesso às políticas públicas” (vide matéria publicada em 2017

7 Em artigo, o conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação, define as modalidades de ensino nas seguintes categorias: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação especial e educação superior (CFESS, 2014, p. 20)

8 Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/limeira.html>

pela prefeitura de Limeira⁹).

Dado o exposto, através de uma pesquisa de campo, este artigo traz a necessidade de visão crítica, traduzidas em uma prática profissional não reduzida a uma só realidade, mas que integra o desafio da complexidade das particularidades de crianças, adolescentes e suas famílias. Em outras palavras, traçar as singularidades da atuação do Serviço Social nessas escolas com diferentes índices torna explícito a necessidade de um olhar único para cada situação, estando atento desde os primeiros sinais de evasão e defasagem, sem conclusões precipitadas¹⁰. Logo, através da pesquisa, buscou-se compreender como a atuação da profissão é relevante nessas instituições; utilizando-se de dados e falas obtidas nas entrevistas para sustentar tal apontamento.

Quadro 1 – Identificação dos participantes da pesquisa

Identificação	Tempo de trabalho na política de educação	Vínculo empregatício
Assistente Social A	2012	Concurso Público - Efetivo
Assistente Social B	2018	Concurso Público - Efetivo
Assistente Social C	2012	Consolidação das Leis do Trabalho - CLT

Fonte: Google forms – questionário de elaboração própria.

A motivação para a elaboração deste artigo, deu-se principalmente através da indagação do porquê ser tão difícil encontrar assistentes sociais em escolas, mesmo após a constituição da Lei n. 13.935. Desta forma, construiu-se uma importante questão durante a pesquisa em campo:

“Sabe-se que a Lei 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica não está sendo completamente efetivada; o que você acredita que contribui para isso? Há falta de interesse/conhecimento dos municípios, da escola ou você acredita que faltam recursos? Quais caminhos os municípios podem seguir para inserir assistentes sociais em suas escolas?”

9 Disponível em https://www.limeira.sp.gov.br/sitenovo/news_hotsite.php?id=1&news=2403.

10 Nesses casos, fazem-se necessários instrumentos como o estudo social para não só ter contato com a família, mas também para identificar diferentes formas de intervir, executando políticas, serviços e programas voltados ao atendimento das expressões da Questão Social.

Cada qual com sua particular forma de responder a pergunta, todos citaram questões políticas:

Assistente Social A: "Questão política. O poder governamental tem que 'abraçar' e querer a presença de tais profissionais na rede educacional. Deve-se ter uma movimentação dentro da comunidade escolar solicitando os referidos técnicos para fortalecer o trabalho dentro do âmbito escolar."

Assistente Social B: "Acredito que toda escola anseie por estes profissionais, a questão está nas políticas neoliberais e no desmonte das políticas públicas."

Assistente Social C: "Creio que há desinteresse e financiamento, para efetivação desses profissionais."

Dessa maneira, percebe-se, novamente, a disputa de projetos hegemônicos entre o capital e a profissão. Essa disputa materializa novas lutas para sociedade e para o Serviço Social, ainda que apresentado grandes conquistas democráticas.

Portanto, quando se discute a concepção de educação na visão do Serviço Social, deve-se levar em consideração a dinâmica da vida social e seus impactos na educação; que ocupa um importante lugar na aquisição de pensamentos e ações políticas. Assim, como sublinha Almeida (2007, p. 01), é importante apontar que "a educação tem ocupado um lugar central no âmbito das lutas sociais voltadas para a sociedade do capital e das formas de opressão que lhes são características", haja vista a visão transformadora e de emancipação que a profissão em destaque busca construir nas escolas.

Essa discussão também foi abordada na pesquisa de campo, onde obtivemos os seguintes dados ao questionarmos qual a concepção de educação o/a assistente social defendia no trabalho profissional no âmbito das escolas:

"Qual a concepção de educação que você defende no trabalho profissional no âmbito das escolas?"

Assistente Social A: Uma Educação igualitária, democrática que seja acessível a todos.

Assistente Social B: Educação para além dos muros da escola, Educação crítica e cidadã.

Assistente Social C: Garantir os direitos inerentes à Educação de qualidade.

Ademais, o profissional de Serviço Social, ao atuar na Política de Educação, também tem o importante papel de identificar demandas e refrações da questão

social que permeiam a escola. Quando se fala sobre “identificar demandas e refrações da questão social”, não se trata somente de reconhecer casos de alunos de famílias pauperizadas, mas também de “decodificar a linguagem do ensino, criando pontes com o universo das famílias, de modo que os pais possam compreender e acompanhar o processo de seus filhos” (SPOSATI, 2000, p. 28); de conhecer a totalidade das relações sociais e, ainda, participar da luta por um sujeito social crítico e consciente. Esse processo pode ser feito de maneira multidisciplinar, junto com professores, pedagogos, psicólogos e principalmente com a família.

Dessa maneira, pode-se concluir que com a inserção da rede multidisciplinar na Política de Educação, através do trabalho coletivo com projetos em comum, é possível construir estratégias de enfrentamento desses impasses e, adiante, em melhorias na escola e na qualidade de ensino, gestão, acesso e permanência - dimensões defendidas anteriormente neste artigo.

Não obstante, através de sua bagagem teórica e de seus conhecimentos éticos-políticos, técnico-operativos e teóricos-metodológicos, o Serviço Social possui mecanismos para construir e/ou fortalecer os vínculos entre escola-família, escola-aluno e aluno-família.

Assim, através da pesquisa em campo, também foi possível contender sobre quais eram essas demandas que os/as assistentes sociais observavam nas escolas de ensino básico em que atuam. Nessa circunstância, verificou-se de forma explícita a grande incidência em que a frequência e formas de vulnerabilidade social apareceram nas respostas dos participantes da pesquisa:

“Quais são as maiores demandas que você atende enquanto Assistente Social na instituição de ensino? Há recursos para atender estas demandas? Como elas são identificadas?”

Assistente Social A: Casos de vulnerabilidade social; faltas; evasão escolar; articulação com demais pastas (saúde, assistência, etc.); saúde do aluno; etc.

Assistente Social B: Frequência escolar. Temos recursos disponíveis para a localização da família e a intervenção social. A demanda é identificar através de planilhas da frequência escolar.

Assistente Social C: Frequência, acompanhamento e orientações quanto a rotina escolar/ direitos e deveres diante das Legislações vigentes. Casos de vulnerabilidade, risco social e violência.

Dessa forma, evidencia-se a relevância de assistentes sociais na política de

educação, visando subsídios e intervenções para enfrentar questões que muitas vezes a escola não sabe como prosseguir e, ainda, como afirma Santos (2012), a inserção desses profissionais na equipe interdisciplinar se mostra como “um adicional importante, podendo contribuir com seus conhecimentos e práticas [...] sobre a realidade das famílias e dos educandos”. Nessas narrativas ficam evidentes os grandes desafios para garantir o acesso e a permanência nas escolas. Esse desfecho também pôde ser analisado na pesquisa de campo:

“Considerando seu tempo de atuação na Secretaria de Educação em Limeira/SP, você já notou a queda na taxa de evasão escolar na IE em que atua? Como você acredita que a atuação da profissão contribuiu para isso?”

Assistente Social A: Sim. Acolhimento das famílias e alunos. Auxílio na intervenção das mais diversas situações apresentadas por eles. Trabalho em conjunto com a rede socioassistencial. Através do conhecimento e experiência dentro do que se é adquirido com a profissão do Serviço Social.

Assistente Social B: Contribuímos através da identificação dos dificultadores sociais, encaminhamentos e articulação com a rede. Processo de conscientização da família e orientação quanto ao acesso às políticas públicas.

Assistente Social C: Sim, acredito que o trabalho do Serviço Social juntamente com a Equipe escolar, diminui a taxa de evasão.

Destarte, assim como nos outros campos sócio-ocupacionais, o profissional de Serviço Social na Política de Educação pode pautar sua atuação através de atendimentos individuais, em grupo e com as famílias, realizando visitas domiciliares e reuniões em equipe; de modo reconheça não só o indivíduo e o que ele traz para a escola, mas também sua realidade familiar e comunitária.

“Descreva o seu processo de trabalho na política da educação, nas escolas e fora delas.”

Assistente Social A: Atendimento com as famílias, alunos e equipe escolar (presencial/ online); Visitas Domiciliares; Reunião de Pais e Funcionários; etc.

Assistente Social B: Se dá mediante a identificação das barreiras que dificultam a garantia do direito à educação bem como toda articulação com a rede intersetorial para fortalecer o acesso e permanência na escola.

Assistente Social C: Através de fichas queixas, enviadas por docentes ou gestão escolar. Livre demanda ou por encaminhamento da Rede de Serviços. Mediações, intervenções, orientações pertinentes e respectivas devolutivas.

Em suma, muitas demandas apresentadas nas escolas extrapolam o campo

pedagógico, fazendo-a depender de profissionais que atuem e entendam a educação como totalidade e parte de uma dinâmica social. Dessa forma, a presença de uma equipe multidisciplinar formada, principalmente, por assistentes sociais e psicólogos, tem grande importância. Juntos, essa equipe deve formar estratégias que façam outros sujeitos da escola reconhecer essa dinâmica social e mobilizar práticas democráticas que construam um sujeito político e consciente dentro e fora das instituições de ensino.

CONCLUSÃO

Em tempo, discutir o Serviço Social na política de educação parece se tratar de um debate novo, um campo recente de atuação. Contudo tem-se documentado que esta relação vem sendo construída desde a gênese da profissão, ou seja, nasce em um processo tradicional funcional-conservador.

Neste contexto, pode-se observar que no início a intervenção profissional estava ligada à égide do capital. Contudo após anos de luta, em especial após o movimento de reconceituação e o processo de redemocratização, o Serviço Social adota uma nova concepção de educação, agora relacionada à ideia de emancipação e em acordo a defesa do direito de acesso e permanência à garantia da gestão democrática e da qualidade da educação - dimensões que norteiam o trabalho do Serviço Social na Política de Educação.

Torna-se evidente que a interdisciplinaridade tem grande relevância no que tange superar as especificidades das profissões. Ainda, ao atuar na política de educação, o Serviço Social possui atribuições e competências para articular os reflexos do desempenho escolar (acesso e permanência) com a realidade vivida pelos estudantes dentro e fora do território escolar. Todavia, o assistente social deve construir caminhos, diálogos e estratégias em conjunto com esta equipe para superar os desafios frente este campo ocupacional.

Para compreender os reflexos da atuação profissional neste campo, o estudo bibliográfico somado à pesquisa de campo em articulação com a Secretaria de Educação do município de Limeira/SP teve suma importância.

É possível inserir que a negligência dos entes federativos e, sobretudo, sua

camuflada aliança com o capital, concede a escola um mero espaço de construir sujeitos para o trabalho, além de não cumprir sua ótica universalizante de acesso e permanência à educação, como infere a Carta Magna. Portanto, a luta do Serviço Social pela educação não se resume somente a ser inserido nas instituições, mas sim transformá-la para um local de construção de sujeitos políticos, conscientes e autônomos. Quando se discute o trabalho do Serviço Social na Política de Educação, portanto, deve-se compreender a contra hegemonia de projetos. Reconhecer seu Projeto Ético-Político Profissional enquanto um projeto pautado em uma sociedade emancipada, transformadora e aliada a classe trabalhadora, o assistente social se torna ciente do caráter elitista e excludente do capital, que busca reproduzir as contradições sociais. Se reconhecer como parte de uma luta de projetos, torna o profissional ciente de que meios ele deve ou não seguir. As participantes deixam evidente que é possível compor a equipe da educação, compreendendo as particularidades dessa política pública ampla e complexa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação**: novas perspectivas sócio-ocupacionais. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 1., 2007, Belo Horizonte. Inserção do Assistente Social na Área de Educação. Belo Horizonte: Ufsc, 2007. p. 1 - 16
- BARROCO, M.L.S. TERRA, S. H. **Código de Ética do Assistente Social comentado**. Organização do Cfess. São Paulo: Cortez, 2012.
- BRASIL. Lei N° 9394, 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- _____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação (PNE)** e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2014.
- BEHRING, E.R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed v. 2. São Paulo: Cortez, 2011.
- CAMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA. **Lei nº 5545, de 22 de novembro de 2021**. Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação. Limeira, 2015. Disponível em:

<http://consulta.limeira.sp.leg.br/Normas/Exibir/100809>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CFESS. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília, 2012. Disponível em: shorturl.at/IAYZ3. Acesso em: 20 out 2021.

CRUZ, M.C.S. **A Categoria “Questão Social” e o combate a pobreza na atualidade**. [S. l.], p. 1-12, 2014. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/a-categoria-questao-social-e-o-combate-a-pobreza-na-atualidade.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, M.G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

IAMAMOTO, M.V. **Capital fetiche, questão social e Serviço Social**. In: Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____ ; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LANCILLOTTI, S. S. P. **Deficiência e trabalho: redimensionando o singular no contexto universal**. Campinas: Autores Associados, 2003

LEMES, et al. **Desafios Contemporâneos da Educação**. [s. l.]: scielo - editora unesp, 2015. ebook (349 p.).

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SANTOS, A. M. **Serviço Social na Educação: um estudo das atribuições profissionais em escolas públicas municipais**. Curitiba: CRV, 2020.

SANTOS, J.S. **Elementos para entender a concepção e a gênese da “Questão Social”**. In: Questão Social: particularidades no Brasil. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, N.S. **Serviço Social e Educação: Contribuições do Assistente Social**

na Escola. Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 124-134, 16 out. 2012.

SOUZA, I.L. **Serviço Social e Educação:** uma questão em debate. Revista Interface. Natal, v. 2, n. 1, 2005.

SPOSATI, A. **“Exclusão social e fracasso escolar”.** *Em aberto.* Brasília, v. 17, n. 71, p. 21-32, jan. 2000.

,